

Senado aprova reforma que muda a vida do trabalhador



Em sessão com apagão e bate-boca, senadores aprovam 100 mudanças na lei trabalhista. Reforma vai para assinatura de Temer

A reforma trabalhista foi aprovada no Senado com 50 votos a favor e 26 contra em uma sessão que teve bate-boca, confusão e até apagão. Pela manhã, as senadoras Fátima Bezerra (PT), Gleisi Hoffmann (PT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) ocuparam a mesa diretora

para impedir a votação. Em reação, o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB), mandou apagar as luzes do plenário e cortar os microfones. As senadoras só saíram sete horas depois, e a sessão começou de fato. Na sequência, a reforma foi aprovada, e as emendas, rejeitadas. A proposta vai para assinatura de Temer. A reforma prevê férias parceladas, almoço de 30 minutos e contrato para trabalho em dias alternados. Acordos coletivos podem ter força de lei. Veja o que muda. **A9**

■ Senadoras do PT Gleisi Hoffmann (à esq.) e Fátima Bezerra almoçam na mesa diretora do Senado com luzes apagadas: elas ocuparam as cadeiras por quase sete horas para tentar impedir a votação

Senado aprova reforma trabalhista após confusão

Veja algumas mudanças



Divisão das férias

- A legislação atual permite que as férias sejam divididas em duas vezes
- A nova regra permite a divisão das férias em até três vezes, desde que um dos períodos seja de, no mínimo, 14 dias



Horário de almoço

- Hoje, a lei determina, no mínimo, uma hora, do almoço e, no máximo, duas horas
- O intervalo para almoço poderá ser de apenas 30 minutos



Jornada de trabalho

- Hoje, o empregado pode trabalhar até dez horas por dia, sendo oito horas normais e duas horas extras
- A reforma permitirá a jornada de 12 horas, desde que as horas a mais sejam compensadas em outro dia
- Por semana, continuam sendo permitidas 44 horas normais de trabalho, mais quatro horas extras, em um total de 220 horas mensais



Jornada parcial

- É permitida jornada de até 25 horas semanais sem hora extra e com férias de 18 dias
- A reforma permitirá jornadas de até 30 horas semanais, sem hora extra, ou de até 26 horas semanais, com até seis horas extras
- Com a reforma, o trabalhador terá direito a férias de 30 dias



Grávida e mãe que amamenta em ambiente insalubre

- A regra atual proíbe mulheres grávidas e que estejam amamentando de trabalhar em locais insalubres
- A nova lei permitirá que elas trabalhem em locais insalubres se apresentarem atestado médico



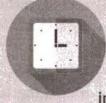
Acordo vai valer mais do que a lei

- As mudanças nas férias, no horário de almoço e na jornada de trabalho devem estar previstas em acordo coletivo entre o sindicato e o patrão
- Com a reforma, esses acordos vão valer mais do que a lei, desde que não sejam inconstitucionais



Justiça trabalhista será prejudicada

- A reforma trabalhista é muito criticada por juizes do trabalho porque vai dificultar o acesso do trabalhador a seus direitos
- Há vários empecilhos para que o trabalhador entre com ação na Justiça contra o patrão
- Em um deles, por exemplo, se o profissional perder a ação, terá que pagar os custos do processo
- Faltar no dia do julgamento também fará o trabalhador pagar pela ausência, caso não justifique sua falta em até oito dias



Trabalho por hora

- É o chamado trabalho intermitente, que ainda não existe no país
- Os trabalhadores serão contratados por horas, dias ou meses
- A remuneração será definida por hora, que não pode ser inferior à hora do salário mínimo; hoje, R\$ 4,26
- O trabalhador ficará disponível para a empresa e deverá ser convocado para o serviço com, pelo menos, três dias de antecedência
- Se não comparecer, pagará multa ao patrão



Contribuição sindical

- Hoje, o trabalhador tem um dia de trabalho descontado para financiar o sistema sindical
- Com a reforma, a contribuição não poderá ser descontada, a não ser que o trabalhador autorize

Sessão teve apagão e bate-boca; senadoras ocuparam a mesa da presidência por cerca de 7h contra votação

Em sessão tumultuada que ficou suspensa por mais de sete horas, o Senado aprovou ontem a reforma da legislação trabalhista proposta por Temer, que altera mais de cem pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O projeto foi aprovado com folga (50 votos a favor e 26 contra). As propostas de alterações foram rejeitadas. Se o Senado fizesse mudanças, o projeto teria de voltar à Câmara. O texto agora segue para a sanção de Temer. A medida valerá 120 dias depois da publicação.

Após a aprovação, o presidente fez um pronunciamento. "Eu penso que nós aprovamos uma das reformas mais ambiciosas dos últimos 30 anos", disse.

O Planalto se comprometeu a editar medida provisória que modifica o texto em pontos polêmicos. Entre eles, as regras para o contrato de trabalho por hora (intermitente) e o trabalho de grávidas em locais insalubres.

Apagão

A votação da reforma trabalhista no Senado foi marcada por confusão. Prevista para começar às 11h, a sessão foi suspensa por volta do

meio-dia, depois que as senadoras Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Regina Souza (PT-PI) impediram o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), de sentar-se à mesa.

As senadoras exigiam a aprovação de uma emenda impedindo que gestantes e mulheres que amamentam trabalhem em ambientes insalubres. Com o impasse, as luzes do plenário foram apagadas e os microfones, desligados. Eunício reuniu líderes dos partidos na presidência para discutir uma saída e tentar retomar a sessão.

O plenário permaneceu

sem luz até 16h. As senadoras chegaram a comer marmitas no escuro para evitar que parlamentares da base assumissem o comando.

A mesa diretora do Senado decidiu preparar o auditório Petrólio Portella para dar continuidade à sessão, com base na regra que permite realizar a sessão "em qualquer lugar" em caso de "ocorrência que impossibilite o funcionamento na sede", se houver maioria dos senadores. Mas a mudança de local foi suspensa.

Por volta das 18h30, o presidente do Senado reabriu os trabalhos e a reforma foi aprovada. (Vanessa

Sarzedas e FSP)

Trabalhadores fizeram atos contra mudanças

Ao longo do dia, foram realizadas diversas manifestações contra as mudanças na legislação trabalhista. Em São Bernardo do Campo (ABC), funcionários das quatro montadoras da cidade - Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz e Scania - fizeram atos na rodovia Anchieta.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as manifestações foram divididas e tiveram participação de 12 mil trabalhadores.

Juízes do trabalho esteve-

ram no Senado para conversar com parlamentares e tentar evitar que o projeto fosse aprovado sem alterações. "O Senado não pode renunciar à sua função constitucional. Se há inconstitucionalidades, se há retrocessos graves, isso deve ser corrigido", afirmou Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (associação de magistrados). Sindicalistas e trabalhadores que queriam acompanhar a votação foram impedidos de entrar. (VS)



■ Funcionários da Volks de São Bernardo fazem ato contra a reforma na rodovia Anchieta; segundo o sindicato, 12 mil metalúrgicos fizeram manifestações

Novas regras recebem críticas de especialistas e apoio de patrões

Do lado favorável à aprovação da reforma trabalhista, entidades patronais e o ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira (PTB-RS), afirmaram que as novas regras modernizam as relações entre empresas e empregados.

Entre trabalhadores, a alteração na lei é avaliada como uma perda de direitos.

A Anbima (associação do mercado financeiro) considerou a aprovação "uma relevante contribuição para o país" e elogiou o Congresso,

que, segundo a entidade, mostrou que as turbulências políticas não comprometeram as reformas.

Para José Pastore, presidente do conselho de emprego e relações do trabalho da FecomercioSP, as mudanças vão permitir a retomada do crescimento da economia. Com posicionamento contrário à reforma, a Anamtra (associação dos magistrados da Justiça do Trabalho) criticou a aprovação do texto.

"A reforma trabalhista fo-

menta a migração para contratos precário e induz à recessão", afirma em nota o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano.

Para o economista José Dari Krein, da Unicamp, a reforma trabalhista aprovada no Congresso obedece a uma lógica favorável à empresas, e não aos trabalhadores. "A regulação do mercado de trabalho não foi criada para seguir uma lógica apenas econômica, mas para preservar a vida", disse. (FSP)

Senadores de São Paulo são a favor
Os três senadores de São Paulo foram favoráveis à reforma trabalhista:

- 👍 José Serra (PSDB)
- 👍 Marta Suplicy (PMDB)
- 👍 Aírton Sandoval (PMDB)



Fonte: projeto de lei